

MIGRACIÓN Y DESARROLLO

II Foro Iberoamericano sobre



MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Julio - Julho
2010 El Salvador



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana





RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E PROPOSTAS

1. LUGAR E DATA

A segunda reunião do Fórum Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, FIBEMYD, foi convocada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, SEGIB, no cumprimento dos mandatos dos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, acordados nas XVIII e XIX Cúpulas, e teve lugar em San Salvador, República de El Salvador, nos dias 22 e 23 de Julho de 2010.

A sua organização contou com a cooperação do Governo de El Salvador, a Organização Internacional para as Migrações, OIM, e a Comissão Económica

para a América Latina e Caribe, CEPAL, através do seu Centro Latino-Americano e do Caribe de Demografia, CELADE. Contou com o valioso co-auspício da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, AECID, o Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR e a Fundação Carolina de Espanha.

2. ASSISTÊNCIA

O Fórum teve uma convocatória ampla e transversal; mais de trezentos participantes representaram os 22 países membros da

Conferência Ibero-Americana, assim como outros países convidados, organismos internacionais, representantes dos processos de consulta: Conferência Regional sobre Migração, CRM, Conferência Sul-Americana sobre Migrações, CSM, a Presidência Pro-Tempore do Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, e processos de integração regional. A sociedade civil teve também uma ampla e destacada participação, colocando em relevo o seu compromisso com os postulados e propósitos do FIBEMYD. Assim, destacados académicos e especialistas contribuíram com valiosos documentos para a análise do tema central da reunião.

3. ANTECEDENTES

O tratamento da migração internacional e a sua vinculação com o desenvolvimento e direitos humanos, teve continuidade nas últimas cinco Cúpulas Ibero-Americanas (Salamanca, 2005; Montevideo, 2006; Santiago do Chile, 2007; San Salvador, 2008; e, Estoril, 2009). Os Chefes de Estado e de Governo estabeleceram orientações políticas e objectivos concretos neste âmbito, que implicam o reconhecimento da contribuição da migração para o desenvolvimento e valores essenciais que formam a noção de Comunidade Ibero-Americana. Assim, destacam a complexidade que encerra o actual panorama migratório e a importância do diálogo e da cooperação para avançar na governabilidade da migração.

Desde a XV Cúpula de Salamanca até à XIX do Estoril, conseguiram-se avanços importantes, que permitem actualmente dispor de:

(a) Um âmbito político e operativo orientador da acção, representado pelo Compromisso de Montevideo sobre Migrações e Desenvolvimento (CMMD). Este Compromisso, adoptado na XVI Cúpula, cujo tema foi Migração e Desenvolvimento, compreende uma agenda positiva na matéria. Com pleno respeito pelo poder soberano dos Estados na formulação das suas políticas migratórias, contém decisões encaminhadas para enfrentar novos desafios por meio da criação de um espaço para abordar o tema ao mais alto nível político. O Compromisso, que se destaca como um dos textos mais importantes do projecto ibero-americano desde o seu início em 1991, contém duas partes: a primeira reafirma princípios políticos comuns, e a segunda, como se reflecte no seu extenso ponto 25, trata dos compromissos operativos.

(b) A criação do Fórum Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, FIBEMYD, cujo estabelecimento e convocatória deu cumprimento às decisões dos Chefes de Estado e de Governo na XVI e XVIII Cúpulas, representa outro dos avanços destacáveis no contexto do processo sobre migração e desenvolvimento da Conferência Ibero-Americana, e é um dos pilares básicos

sobre os quais se assenta este processo. Concebido como um espaço informal do diálogo bi-continental e intercâmbio de boas práticas, a participação de actores relevantes, tanto governamentais como da sociedade civil, estabeleceu-se como uma condição que deve preservar-se e reforçar-se para a sua consolidação. O Fórum celebrou a sua primeira reunião em Cuenca, Equador, em 2008.

(c) O Programa de Acção de Cuenca (PAC), resultante da primeira reunião do FIBEMYD, conforme o estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo na XVIII Cúpula, é um instrumento flexível e não vinculador entre os países que, no âmbito do Compromisso de Montevideu, contém os temas de uma agenda migratória ibero-americana positiva, estruturada em três eixos: migração e desenvolvimento, direitos humanos, e gestão da migração.

(d) A cooperação tripartida SEGIB-CEPAL-OIM, que incorpora as capacidades complementares de três instituições com mandatos em migração e desenvolvimento. Esta cooperação ficou registada no Memorando de Entendimento assinado na primeira reunião do FIBEMYD, no qual estabelece uma modalidade de cooperação inter-institucional no âmbito ibero-americano para potenciar esforços e recursos, coordenar actividades que facilitem a governabilidade da migração, e implementar as tarefas identificadas no Compromisso de Montevideu e o

PAC, tomando em consideração as recomendações surgidas no II FIBEMYD.

(e) As sinergias estabelecidas com outros actores chaves da tarefa migratória, especialmente os processos regionais de consulta, o Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, e redes de organizações da sociedade civil; e,

(f) O Convénio Multilateral Ibero-americano sobre Segurança Social, adoptado na Cúpula de Santiago do Chile, que representa também um passo significativo a favor do desenvolvimento progressivo de sistemas de protecção social, neste caso, referido especificamente à transmissibilidade dos benefícios da segurança social das pessoas migrantes. O estado actual das ratificações e dos depósitos efectuados na SEGIB permitem afirmar que o Convénio entrará em vigor proximamente.

Os antecedentes mencionados destacam passos substantivos no tratamento do tema migração e desenvolvimento, e na identificação dos assuntos mais relevantes da agenda migratória positiva no espaço ibero-americano, constituindo bases sólidas para iniciar uma nova etapa, fundamentalmente operativa, de concepção e execução de projectos e programas, de acordo com as directrizes dos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América. O estado actual das ratificações e dos depósitos efectuados na

SEIGIB permitem afirmar que o Convénio entrará em vigor proximamente.

A migração internacional foi também um dos temas centrais na análise das consequências da actual recessão mundial. A avaliação e discussão dos desafios e oportunidades que levanta esta crise global, em relação com a migração no espaço ibero-americano e a agenda de desenvolvimento de médio e longo prazo, consideraram-se necessárias para identificar acções que permitam mitigar os seus efeitos negativos para os migrantes e as suas famílias, tendo os direitos humanos como fundo ético da acção.

4. TEMA CENTRAL E OBJECTIVOS

O tema central das deliberações do II FIBEMYD foi: *“Impactos da crise económica na migração e desenvolvimento, respostas de políticas e programas na Ibero-América.”*

Consequentemente, um dos seus principais propósitos consistiu em juntar contribuições para a definição de programas e projectos concretos destinados a mitigar os efeitos da crise no âmbito da migração e desenvolvimento, assim como passar dos acordos à acção. Como se assinalou no documento de Convocatória, os objectivos do Fórum foram:

(a) Gerais:

Dispor de uma leitura comum sobre os impactos principais da crise no âmbito da migração e desenvolvimento, com a finalidade de definir programas/projectos prioritários, tendendo para mitigar os seus efeitos na Ibero-América.

(b) Específicos:

(i) Dar cumprimento aos mandatos das XVIII e XIX Cúpulas Ibero-Americanas;

(ii) Partilhar boas práticas e definir as áreas de intervenção e acções prioritárias para mitigar os efeitos da crise no âmbito do Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento (CMMD), e o Programa de Acção de Cuenca (PAC);

(iii) Consolidar a convergência institucional e programática dos actores principais da tarefa migratória na Ibero-América;

(iv) Passar dos acordos à acção: identificar iniciativas, programas e actividades concretas; e,

(v) Gerar contribuições para a IV reunião do Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento (FMMD).

5. DOCUMENTAÇÃO

O documento no âmbito do Fórum “Impactos da Crise em Migração e Desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América”, elaborado por CELADE no âmbito do programa de trabalho conjunto SEGIB-CEPAL/CELADE e OIM, foi distribuído a todos os participantes. Assim, outros documentos relacionados com os temas das Mesas de Trabalho, elaborados por especialistas governamentais, investigadores e académicos e sociedade civil, poderão ser consultados no sítio Web da SEGIB, uma vez finalizada a sua revisão editorial. Ao presente relatório anexa-se o Documento da Convocatória e a Agenda da reunião.

6. ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E TEMÁTICAS

O primeiro dia contemplou a Cerimónia de Abertura e Sessões Plenárias. Estas últimas permitiram dispor de um panorama global dos impactos da crise, desde os mandatos complementares dos organizadores e copatrocinadores do Fórum, assim como a apresentação do documento “Impactos da crise económica em migração e desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América”.

As deliberações do Fórum concentraram-se em Mesas de Trabalho sobre temas sensíveis da realidade migratória, cujos objectivos principais foram analisar propostas e dispor de contribuições para a elaboração de programas e projectos,

destinados a intervenções prioritárias para mitigar os efeitos da crise na migração e desenvolvimento no espaço ibero-americano.

As Mesas de Trabalho trataram os temas que se indicam em seguida:

Mesa I: Remessas e crise: lições aprendidas, desafios e propostas de acção.

Mesa II: Co-desenvolvimento e crise: desafios e oportunidades para potenciar a migração como agente de desenvolvimento.

Mesa III: Crise e Inserção laboral dos imigrantes.

Mesa IV: A crise e os direitos humanos dos migrantes.

Mesa V: Crise: saúde e protecção social da população migrante.

Cada Mesa de Trabalho, presidida por um Moderador, contemplou intervenções de especialistas dos países, de organismos internacionais, processos regionais de consulta, académicos e de redes da sociedade civil. As Mesas de trabalho abordaram um panorama geral sobre cada tema e os subtemas mais relevantes, assim como os desafios para a acção, e as boas práticas existentes. As Mesas finalizaram com um debate, e as suas conclusões serviram de contribuições para a Mesa Redonda.

Género, etnia e direitos humanos foram eixos transversais no tratamento dos temas.

A Mesa redonda que teve lugar no segundo dia, denominada: “Passar dos acordos à acção: identificar iniciativas, programas e actividades concretas”, apresentou as principais conclusões do Fórum, colocando especial atenção nos componentes de programas e projectos para mitigar os efeitos da crise na migração e desenvolvimento no espaço ibero-americano, assim como a importância da convergência inter-institucional e programática para a sua implementação.

7. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Cerimónia de Abertura: presidida por Jorge Shafick Handal Vega, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa de El Salvador, contou com intervenções do Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Hugo Roger Martínez Bonilla, o Ministro de Relações Exteriores da Guatemala, Haroldo Rodas Melgar; a Ministra da Secretaria Nacional do Migrante, SENAMI, do Equador, Lorena Escudero; a Secretária de Estado de Imigração e Emigração de Espanha, Anna Terrón; a Comissária do Instituto Nacional de Migração do México, Cecilia Romero Castillo, também em representação da Presidência Pro-

Tempore do Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, e da Conferência Regional sobre Migração, CRM, exercidas pelo México; a Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações, OIM, Laura Thompson; e do Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique V. Iglesias.

O Ministro de Relações Exteriores de El Salvador colocou em relevo o compromisso do seu Governo com o tema da migração internacional, e a protecção e promoção dos direitos humanos das pessoas migrantes, assim como a rejeição a qualquer associação ou perspectiva que vincule o migrante com delinquência ou uma ameaça para os países de acolhimento. Destacou a importância do FIBEMYD como espaço bi-continental de diálogo para a reflexão e cooperação multilateral, assim como a sua relevância para abordar os assuntos da migração Sul-Sul que, dada a sua importância na região, merece especial consideração. Sublinhou os princípios fundamentais e a visão com que El Salvador aborda o tema da migração internacional, enfatizando a necessidade de um tratamento conjunto com as nações da América Central, México e os países de destino. Assim, a solução implica afirmar uma política social integral orientada para erradicar os factores estruturais que geram pobreza, falta de educação, saúde e oportunidades laborais, razões que levam a tomar

a decisão de emigrar. A forma mais adequada e eficiente de estimular as pessoas a permanecerem nos seus locais de origem e diminuir os fluxos migratórios é precisamente investindo nos locais de origem para gerar as oportunidades de saúde, educação e emprego.

Ao mesmo tempo, a consolidação de respostas conjuntas, tanto bilaterais como regionais, para juntar esforços em favor dos migrantes e potenciar a sua contribuição positiva, é o caminho que deve ser fortalecido. Nesse sentido, o Ministro deu como exemplo, entre outros, as iniciativas empreendidas com a Guatemala para ajudar conjuntamente as populações nos territórios de trânsito e destino e, no âmbito do SICA, a proposta de 11 pontos, conjuntamente com a Guatemala, de uma reforma migratória integral nos Estados Unidos. Destacou que na recente Cúpula de mandatários do SICA, acordou-se retomar os esforços regionais para desenhar uma estratégia que favoreça de forma especial essa reforma integral nos Estados Unidos, e incorpore o enfoque na América Central baseado nos direitos humanos dos migrantes. Também sublinhou a necessidade de juntar esforços, que representem sinais claros, para evitar a proliferação de iniciativas como a Lei 1070 do Estado de Arizona, rejeitada pelo Governo de El Salvador, antes da sua sanção, e as actividades que o seu país,

em conjunto com outros, está a levar a cabo perante esta Lei. Efectuou uma síntese das lições aprendidas no âmbito da migração e desenvolvimento no contexto da crise e reiterou a necessidade do trabalho conjunto entre os países de origem, de trânsito e de destino da migração, no âmbito do pleno respeito dos direitos humanos dos migrantes. Assim, reiterou o compromisso de fundo do seu Governo com os direitos humanos e as modificações introduzidas na gestão migratória, incluindo na rede diplomática, destinadas a garantir os referidos direitos. Por fim, como aspecto relevante destacou a importância da coerência, uma vez que se pedimos o respeito pelos direitos humanos para os nossos migrantes, devemos também garantir o respeito dos mesmos direitos para as pessoas em trânsito ou destino nos nossos países.

O Ministro de Relações Exteriores de Guatemala fez uma revisão das características salientes da situação migratória no seu país e das acções empreendidas pelo seu Governo, e também com a América Central para dar respostas à complexidade que oferece o cenário migratório, aprofundada pelos efeitos da crise global. Neste sentido, destacou a expansão da Rede Consular da Guatemala, destinada a propiciar a melhoria das condições dos guatemaltecos no exterior, e as efectuadas pelos países da América

Central neste âmbito. Citou como avanços a criação e implementação do Conselho de Atenção ao Migrante de Guatemala (CONAMIGUA), entidade reguladora em matéria de migração, de carácter inter-institucional, que permitiu que as acções empreendidas sejam coordenadas numa linha estratégica de Estado, e a experiência de CONAMIGUA com as organizações de guatemaltecos nos Estados Unidos da América, considerando que esta é uma realização que poderia socializar-se na região. Assim, mencionou a Comissão Coordenadora guatemalteca para a reforma migratória nos Estados Unidos da América, boa prática que permitiu aos líderes guatemaltecos definir estratégias e linhas de acção que devem seguir-se neste processo, tanto a nível nacional, como regional. Salientou ainda o acordo da associação União Europeia –América Central e a centralidade do tema migratório em si mesmo. Reiterou os importantes avanços realizados no âmbito do SICA em relação à posição regional para a reforma migratória nos Estados Unidos, e reviu os objectivos e conteúdos de uma proposta de estratégia regional centro-americana para abordar, a partir desta perspectiva, o tema da migração internacional.

A Ministra da Secretaria Nacional do Migrante, SENAMI, do Equador, destacou, como na I reunião do FIBEMYD, realizada no seu país, a necessidade de assumir

por parte dos Estados e da comunidade internacional a responsabilidade sobre as realidades que fazem da emigração forçada uma necessidade vital para grandes colectivos de pessoas em todo o mundo. Estas realidades, entre outras, têm a ver com a vulnerabilidade dos direitos fundamentais das pessoas e com a acentuação das lacunas de desenvolvimento entre os países. Assinalou também a enorme distância que se verifica no âmbito das migrações, maior do que qualquer outra, entre as declarações e os acordos que adoptam instâncias e foros diversos, com as respostas adoptadas a favor dos migrantes e os seus direitos. Destacou, ainda, a excessiva segmentação da concertação política em torno de grandes temáticas, e que o âmbito migratório está afastado desses temas, sendo que deveria ser considerado de forma transversal, a partir dos espaços formadores do político. Salientou que a abordagem dos assuntos migratórios requer uma solução supranacional, apesar de ter reconhecido a complexidade do referido desafio no espaço ibero-americano, uma vez que está recortado por “lealdades e institucionalidades regionais” diferentes (a europeia, a da América Central e a sul americana). Neste sentido, reafirmou a importância dos espaços inter-governamentais como o FIBEMYD para alimentar esses processos supranacionais. Reiterou o significado

que no espaço ibero-americano adquirem as acções destinadas a que os países, especialmente os receptores que ainda não o fizeram, ratifiquem a Convenção sobre a Protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migratórios e das suas Famílias, atenta à centralidade que os direitos humanos devem ter na acção migratória. Assim, reiterou que é imprescindível avançar para um regime migratório global, baseado numa nova normatividade e institucionalidade multilateral, em que as migrações tenham lugar como projectos informados e com garantias de acesso a direitos. Em relação à crise e aos seus impactos, destacou que os migrantes foram os bodes expiatórios e que as políticas nos países de destino facilitaram a convicção de que a saída da crise passa por um endurecimento das referidas políticas. Efectuou uma avaliação de algumas das medidas implementadas pelos países receptores, tais como o retorno induzido, e a desconexão dos mesmos com os projectos vitais dos migrantes e dos seus direitos. Como uma boa prática de sucesso, destacou os resultados do Plano Bem-Vindo a Casa, que o Equador implementou em 2007. Finalmente, recordou que na Ibero-América todas e todos somos migrantes, slogan da campanha internacional do Governo do Equador, pela dignificação do facto migratório e seus actores.

A Secretária de Estado da Imigração e Emigração de Espanha, reviu as transformações do país nos últimos trinta anos, que foi convertido em espaço de imigração, destacando a importante contribuição da imigração latino-americana neste processo. Sintetizou as principais características sócio demográficas deste colectivo e salientou que Espanha é um país que exige regularidade, destacando os esforços realizados no ano 2005 para a legalização dos estrangeiros, e o facto que continua a manter vias extraordinárias de legalização para as pessoas que já estão no seu território. Assim, salientou que os imigrantes obtêm os mesmos direitos que os espanhóis, citando como exemplo o acesso à saúde e à educação pública. Destacou igualmente que as pessoas que residem no país de forma regular, vivem num âmbito de direitos e numa sociedade que exige que, quando algum destes são vulnerados, também no caso dos imigrantes, seja defendido e reparado pelas instâncias competentes.

A Secretária de Estado colocou em relevo as políticas activas de integração do Governo espanhol, exemplificadas na implementação do Plano de Cidadania e Integração 2007-2010, que significou uma enorme mobilização de recursos fiscais. Este Plano será avaliado durante o ano em curso e será proposto um novo Plano de Cidadania e Integração 2011-2014. Assinalou que este Plano se

inscreverá num ciclo diferente do que é o comportamento migratório, explicado fundamentalmente pelos efeitos da crise económica. Mencionou que o novo ciclo levanta dois grandes desafios: um conjuntural, referindo-se a como superar a crise, e outro relacionado com a saída da crise e qual será a situação económica e a situação do mercado laboral. Neste sentido, assinalou que existe a certeza de que não será um mercado laboral como no passado, que possa absorver trabalhadores pouco qualificados, facto que cria desafios adicionais, como a educação e formação das pessoas que estão no país, e também para os países de origem dos imigrantes. O programa de retorno voluntário colocado em ação mereceu também considerações, tanto como instrumento da política migratória com vocação de permanência, e não de fomento à saída. É um instrumento que veio para ficar uma vez que, no mundo globalizado, as pessoas que querem voltar devem poder fazê-lo nas melhores condições. Reafirmou que são necessárias políticas de gestão da mobilidade no século XXI e, para isso, o diálogo e a co-responsabilidade entre os países é fundamental. Neste contexto, é importante a maior inter-relação nas questões migratórias entre os países ibero-americanos, assim como entre a UE e a América Latina, salientando a vocação de Espanha para desempenhar um papel de relevância neste processo. Reiterou que se necessitam de políticas de gestão

de mobilidade no século XXI e, para isso, o diálogo e a co-responsabilidade entre os países é fundamental. Neste contexto, é importante a maior inter-relação nas questões migratórias entre os países ibero-americanos, assim como entre a UE e a América Latina, salientando a vocação de Espanha para desempenhar um papel de relevância neste processo. Reiterou a necessidade do governo da migração, que deve incluir a cooperação bilateral, regional e mundial e a concepção de políticas coerentes, uma vez que existe uma dívida com milhões de pessoas migrantes, que com o seu esforço contribuíram para o desenvolvimento dos países de acolhimento e de origem.

A Comissária do Instituto Nacional de Migração do México referiu-se à importância que adquire o tratamento dos assuntos migratórios da Ibero-América num fórum como o FIBEMYD. Destacou que os fluxos migratórios internacionais não são alheios às flutuações económicas e financeiras. No tema migratório existe uma situação paradoxal, uma vez que a contracção da economia gera mais pobreza e isso aumenta os incentivos para emigrar e, por outro lado, em tempos de crise existe menos possibilidades para suportar os gastos de uma mudança. Quer dizer, esta situação incentiva e inibe a migração ao mesmo tempo. Em relação à crise económica mundial, iniciada nos Estados Unidos da América,

indicou que a mesma teve um impacto significativo na redução dos fluxos migratórios a nível mundial. No caso do México, esta situação observa-se numa redução no número, tanto de emigrantes mexicanos como de centro-americanos, que utilizam o território desse país como trânsito para os Estados Unidos. Também se observa uma redução de migrantes mexicanos de primeira saída, quer dizer, muitos potenciais migrantes decidiram adiar os seus processos migratórios. Fez referência aos impactos negativos que a crise teve no emprego dos emigrantes mexicanos e de centro-americanos, apesar dos referidos impactos não terem gerado um regresso em massa em 2008-2009. Destacou as razões que explicam esta realidade, entre elas, o papel das redes de camponeses e o alto custo que significa voltar e tentar posteriormente regressar aos Estados Unidos. A oradora destacou que o clima hostil que durante a crise se gera contra os migrantes, é um campo fértil para que diversos actores gerem políticas restritivas, as quais nos expõem a uma maior vulnerabilidade e afectação dos seus direitos fundamentais. Reiterou a importância de não regredir nos consensos internacionais alcançados, entre eles destacou a protecção dos migrantes e das suas famílias. Neste sentido, referiu-se aos objectivos centrais da política migratória do Governo do México, e compartilhou acções que estão a ser levadas a cabo, que têm

os direitos humanos dos migrantes como um eixo e propósito fundamental. Na sua qualidade de Presidente Pro-Tempore do IV Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, que terá lugar em Puerto Vallarta em Novembro de 2010, enumerou os objectivos que inspiram este espaço mundial de diálogo, a sua estrutura e organização, assim como a importância de que as conclusões do II FIBEMYD possam ser compartilhadas no mesmo. O IV FMMD terá como tema: Alianças para a Migração e o Desenvolvimento Humano: prosperidade compartilhada, responsabilidade compartilhada e constituirá uma oportunidade para reiterar os princípios que se têm vindo a promover, especialmente sobre a necessidade de abordar o tema a partir de uma perspectiva integral, tendo os direitos humanos como centro das acções. Por fim, sublinhou a relevância da participação activa dos países da Ibero-América no IV FMMD.

A Directora Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações, OIM, destacou os principais impactos da crise no âmbito migratório, colocando especial ênfase na afectação dos direitos humanos das pessoas migrantes e suas famílias. Assinalou que, lamentavelmente, em momentos de crise reiteram-se pedidos para reduzir e deter a migração como uma solução e que os referidos pedidos sustentam-se em duas percepções

limitadas e erróneas. A primeira baseia-se na ideia de que a migração se pode deter, e, a segunda, que as pessoas migrantes substituem os nacionais nos seus postos de trabalho ou competem nas prestações dos serviços sociais, quando a realidade indica que os migrantes contribuem de forma positiva para o desenvolvimento dos países de origem e de destino. Reiterou que as perguntas que a comunidade internacional deve fazer é de que forma devemos gerir a migração, com que finalidade e como, através da migração, se pode beneficiar os países de destino, de origem e os próprios migrantes e as suas famílias. No contexto específico do Fórum, estas perguntas deveriam ser dirigidas a encontrar respostas de como gerir a migração para favorecer a recuperação económica, o desenvolvimento dos nossos países e comunidades, protegendo ao mesmo tempo os direitos humanos dos migrantes.

Também destacou que as políticas de recuperação económica devem considerar a migração como um factor constante no sistema económico mundial, e que é imprescindível estabelecer políticas públicas laborais flexíveis que, por um lado, protejam a mão de obra nacional, mas, ao mesmo tempo, mantenham as vias regulares de migração. Cada vez que estes caminhos se fecham, fomenta-se a migração irregular, assim como o tratamento de pessoas e o tráfico ilícito de imigrantes, com a consequente vulnerabilização de direitos humanos

fundamentais. Por isso, lutar contra a crise restringindo a migração, só contribuirá para piorar a situação tanto nos países de origem como de destino. Enumerou experiências bem sucedidas na região, impulsionadas pela OIM, sobre migração laboral temporal e circular, colocando em relevo as actividades de formação em migração laboral que desenvolvem no âmbito das referidas boas práticas. O papel das mulheres na migração, assim como considerar a promoção dos direitos dos grupos indígenas e afro-descendentes foi também destacado. O papel da diáspora e a circulação de pessoal qualificado mereceu igualmente uma alta valorização como motores de desenvolvimento. Por outra parte, salientou o tema da saúde dos migrantes, assim como as necessidades dos que regressam aos seus países de origem. Por fim, assinalou que a crise serviu para impulsionar o debate sobre o vínculo entre a migração e o desenvolvimento, e a necessidade de alianças sólidas para fortalecer a cooperação e o diálogo. Nesse sentido, referiu os avanços dos processos regionais de consulta da região e a relevância das acções da sociedade civil.

O Secretário-Geral Ibero-Americano destacou os avanços conseguidos em matéria de migração e desenvolvimento no contexto da Conferência Ibero-Americana, construídos a partir da sinergia com outros actores chave, colocando em relevo a importância do Compromisso de Montevideu, a

aprovação do Convénio Multilateral sobre Segurança Social, assim como no âmbito de cooperação tripartida SEGIB-CEPAL-OIM, marcos relevantes do referido processo. Reafirmou o significado que adquire o FIBEMYD como espaço de diálogo bi-continental, salientando o encorajador exercício de convergência que significa a sua vinculação com o IV Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento. Destacou os principais impactos da crise no âmbito da migração, assinalando que as condições de vulnerabilidade associadas a parte importante dos migrantes se acentuaram. A recrudescência do tratamento de pessoas e o tráfico ilícito de migrantes, a intolerância, a discriminação, o racismo e a xenofobia são imperativos globais que requerem acções concertadas e urgentes. Neste sentido, a Lei do Estado de Arizona foi dada como exemplo de um retrocesso na gestão migratória, que abre espaços para a violação dos direitos fundamentais. Colocou ainda em relevo assuntos de interesse para os propósitos do Fórum e para a Agenda positiva da Ibero-América, assim como os desafios que se enfrentam, especialmente no contexto da crise. Destacou que a América Latina, apesar das dificuldades presentes, emerge como parte da solução global e que se posiciona como um actor estratégico no âmbito internacional em termos económicos, políticos e sociais, cenário que não deveria ser negligenciado na agenda migratória. Assinalou que a crise

e as lições aprendidas desafiam o espaço ibero-americano a propor novos modelos de mobilidade e circulação da população na agenda migratória. Assinalou que a crise e as lições aprendidas desafiam o espaço ibero-americano a propor novos modelos de mobilidade e circulação da população, uma área importante para o diálogo e a cooperação. Assim, sublinhou a relevância de fortalecer o potencial de complementaridade existente entre os países com diferentes estruturas demográficas e de força de trabalho, pelo que reforçar a cooperação na esfera da formação constitui outro desafio que deveria ser abordado. A vinculação das diásporas e sobretudo das redes científicas e tecnológicas e as tarefas de desenvolvimento e co-desenvolvimento exigem um apoio sustentado dos países de origem e de destino. A migração sul-sul, e o potencial que oferece para a região, foi outro dos assuntos destacados, assim como a importância de considerar os impactos das alterações climáticas na mobilidade da população. Finalmente, sublinhou que a cooperação e o diálogo, em contraponto ao unilateralismo, são os mecanismos chave para avançar no governo migratório, no âmbito dos direitos humanos dos migrantes e das suas famílias.

Sessão Plenária: Presidida pela Directora dos Assuntos Sociais da Secretaria de Cooperação da SEGIB, Beatriz Morán, contou com a participação da Governadora

do Estado de Zacatecas do México, Dolores García Medina; o Director do Centro Latino-Americano e do Caribe de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL, Dirk Jaspers, em representação da Secretária Executiva da CEPAL; o Director Regional Adjunto para a América Latina e Caribe do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, Luis Mora; o Director Adjunto do Serviço das Américas e Caribe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR, Serge Malé; o Economista do Sector Integração e Comércio do Banco Inter-americano de Desenvolvimento, BID, Julio Guzmán C; e o Coordenador do Projecto Regional contra o Tráfico de Pessoas e o Tráfico Ilícito de Migrantes para o México, América Central e Caribe, do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito, UNODC, Felipe De la Torre.

A Directora da SEGIB destacou o valor estratégico da consolidação do FIBEMYD para o processo sobre migração e desenvolvimento empreendido pela Conferência Ibero-Americana e reiterou os objectivos e propósitos da reunião, assim como o compromisso da SEGIB em privilegiar a convergência inter-institucional, como um princípio fundamental para a execução da agenda migratória positiva da Ibero-América.

As intervenções realizadas durante esta Sessão permitiram partilhar as diferentes visões e experiências, desde o mandato complementar dos organismos

internacionais participantes, assim como os projectos mais relevantes implementados no âmbito das suas agendas, sobre as áreas sensíveis da relação migração, desenvolvimento e direitos humanos. Esta intervenção reafirmou a importância das respostas integrais, o papel do multilateralismo, a cooperação, assim como a responsabilidade partilhada entre os países de origem, trânsito e destino. Unir esforços para a optimização dos recursos da cooperação a favor dos migrantes e das suas famílias foi também uma das conclusões relevantes das intervenções.

Deve-se destacar nesta Sessão a incorporação dos temas vinculados à crise económica e os seus impactos na protecção internacional de refugiados no espaço ibero-americano, assim como as consequências da crise económica a respeito da disponibilidade de recursos da cooperação internacional, para oferecer respostas humanitárias adequadas e oportunas em relação às necessidades das populações desenraizadas.

Assim, é importante salientar a apresentação dos conteúdos e objectivos da Campanha Coração Azul, por parte de UNODC, iniciativa global destinada à luta contra o tráfico de pessoas e os seus impactos na sociedade.

A sessão incluiu também uma intervenção da Governadora do Estado de Zacatecas, que partilhou a visão e experiência da gestão local perante a crise, numa das

zonas de maior tradição e intensidade migratória do México, com um elevado desenvolvimento e participação das organizações de migrantes.

Impactos da Crise em Migração e Desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América

Presidida pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores para os Salvadorenos no Exterior, nesta sessão apresentou-se o documento quadro da reunião, elaborado por CELADE, Divisão de População da CEPAL, com a colaboração da OIM e em coordenação com a SEGIB.

O Director de CELADE, Dirk Jaspers, introduziu os conteúdos principais do documento, que realiza uma análise da migração internacional no âmbito da actual conjuntura económica mundial, destacando que muitas das situações do panorama migratório em Ibero-América transcendem esse cenário, quer seja por serem anteriores à crise ou por serem independentes dos seus efeitos. Nos últimos anos, ainda antes de estalar a crise de recessão, enquanto que em muitos países da região a migração se situava num lugar proeminente da agenda nacional, a agenda internacional sobre o tema mostrava um quadro de contrastes, matizados por progressos constituídos essencialmente pela multiplicação de iniciativas e a celebração de instâncias inéditas, assim como estancamentos,

à luz das dificuldades que continuam a enfrentar muitos migrantes no mundo. As consequências deste contraponto estavam a tornar-se perceptíveis em diversos planos do campo migratório, deste a restrição de direitos na esfera normativa de vários países, até a falta de avanços substantivos no diálogo e cooperação migratória. As adversidades que enfrentam muitas pessoas migrantes, foram-se tornando cada vez mais complexas de tal forma que a crise mostrou a rigidez com que se tinham construído as agendas migratórias internacionais.

Paralelamente à ameaça de empobrecimento do diálogo e os sintomas de erosão de uma genuína agenda migratória multilateral, em alguns países a crise tornou mais notório um clima de apreensão – quando não de rejeição directa – em relação à imigração. Trata-se de países nos quais, além disso, a migração não é um assunto de todo novo. O aumento das visões alarmistas na opinião pública, especialmente no que se refere ao regresso massivo de migrantes, ao colapso das remessas ou a imigração como factor que aumenta o desemprego nos países de destino, não condiz com o impacto conhecido nem com as evidências disponíveis, do que aconteceu em 2010.

Por outro lado, a crise permitiu observar uma vez mais que, em situações de retracção económica e incerteza geral, os trabalhadores migrantes vêem os seus direitos mais debilitados, tornando-se

uma população altamente vulnerável, cuja situação coloca novos riscos e desafios em relação com a histórica aspiração da defesa e promoção dos seus direitos humanos.

Daí a importância do FIBEMYD, como espaço político bi-regional que coadjuva à pesquisa e discussão de respostas de política destinadas a enfrentar os efeitos da crise, e a assegurar a protecção dos direitos dos migrantes. A partir desta perspectiva, o Fórum constitui uma instância propícia para a promoção e o fortalecimento de experiências e boas práticas, que contribuam para o objectivo da governabilidade da migração em Ibero-América, no âmbito da crise económica global.

Neste cenário, no documento colocam-se em relevo os desafios que se apresentam para reforçar uma agenda da migração internacional no espaço ibero-americano, cuja centralidade deve ser dada através de uma cooperação aberta, baseada numa perspectiva de direitos, que transcenda as conjunturas económicas de curto prazo.

O documento foi comentado por um especialista internacional do Migration Policy Institute, uma representante do Brasil, na sua qualidade de Estado Membro da Conferência Ibero-Americana, e por um representante da Rede Regional de Organizações da Sociedade Civil para as migrações, RRCOM, que destacaram os

acertos das planificações do documento, contribuindo com visões complementares, assim como com reflexões e sugestões sobre temas sensíveis para a elaboração de políticas e acções perante a crise.

8. CONCLUSÕES PRINCIPAIS DAS MESAS DE TRABALHO¹

Mesa de Trabalho I: Remessas e Crise: lições aprendidas, desafios e propostas de acção²

(a) Factos e problemas destacados

A crise económica afectou milhões de migrantes latino-americanos, 12% nos Estados Unidos perderam o seu emprego, e 25% em Espanha. Apesar de em meados do ano de 2010 a tendência ter melhorado, fê-lo muito lentamente. O resultado é um forte nível de precariedade económica dos imigrantes, o qual gerou também preocupação nos lares receptores de remessas. Nestes sentido, é essencial perguntar: Como se manifestou a crise nos lares receptores e entre imigrantes em 2009 e parte de 2010? De que forma responderam a sociedade, as instituições financeiras que pagam remessas e outras entidades? Houve algum tipo de resposta oficial? Quais são as lições e melhores práticas que se podem retirar perante esta situação?

¹ Em todas as Mesas, gênero, etnia e direitos humanos foram temas transversais

² Moderada por Manuel Orozco, Director do Programa de Remessas e Desenvolvimento do Diálogo Inter-Americano

Em particular, sustentou-se que:

- Além da queda em volume das transferências, o impacto da recessão afectou milhões de lares latino-americanos, 2 milhões que deixaram de receber totalmente, e 10 milhões que receberam 10% menos dos seus familiares.
- A recessão deixou os imigrantes numa situação mais vulnerável e precária do que a que enfrentavam antes da crise (menos rendimentos, poupanças e protecção social), mostrando que a possibilidade de continuar a enviar depende do seu fortalecimento económico.
- Os lares receptores enfrentaram esta crise com poucas ferramentas que lhes possibilitaram mitigar as suas perdas de rendimento e o sector privado não estava preparado para ligar com os imigrantes.
- As políticas públicas estiveram ausentes durante a recessão, existindo maior preocupação com a dimensão das quedas.
- Os efeitos da recessão acentuaram uma série de problemas que reflectiram a desatenção a realidades sobre as quais se tinha vindo a fazer recomendações e existiam boas práticas. Esta desatenção afecta todos os envolvidos na cadeia de valor da transferência de remessas: imigrantes, negócios intermediários (empresas de remessas, e rede de pagadores na América Latina) e receptores.
- O efeito principal da recessão foi que a dependência das remessas aumentou, e apesar do declive do dinheiro, devido aos rendimentos locais terem descido ainda mais: as remessas tinham contribuído para aumentar a independência económica, mas com a crise e a queda de rendimentos (inflação, desemprego, etc.), os rendimentos não externos caíram.
- Além disso, identificaram-se três sérias tendências que influíram na realidade transnacional a curto prazo: crescente anti-imigracionismo, redução da migração e falta de políticas públicas ligadas ao vínculo migração-desenvolvimento. Estas três tendências ocorrem Norte-Sul e Sul-Sul.
- É de extrema importância assinalar que a gravidade das incongruências políticas se acentua no contexto Sul-Sul nas Américas. As regulações e restrições contra imigrantes, e o envio de dinheiro são mais problemática nos mercados intra-regionais. Isto inclui políticas anti-imigratórias que afectam o envio de dinheiro (exigências de identificação legal para enviar dinheiro, por exemplo) em vários corredores, como República Dominicana – Haiti, Costa Rica – Nicarágua. Também existem restrições de como pagar

dinheiro e através de que instituições o fazer entre Bolívia-Brasil.

- A política pública é hoje imperativa e requer que os estados levem a realidade migratória mais a sério. Para isso requer-se que os governos e o sector privado assumam o risco de procurar políticas de desenvolvimento, continuando com o que se fez antes, em particular aprendendo com as boas práticas, estabelecendo alianças múltiplas e adoptando os standards que existem para tal efeito.

(b) Propostas e linhas de acção

1. Centrar o trabalho na educação financeira, como mecanismo que contribua para restabelecer o status quo anterior e prevenir condições futuras adversas. Com isto acompanhar-se-ia a concepção e a oferta de produtos financeiros e não financeiros, que contribuam para criar activos, fortalecer a condição económica e a riqueza dos imigrantes e seus lares. Entre os produtos está a poupança, os seguros, e os mecanismos de compensação de dinheiro para os pagadores de remessas, incluindo cooperativas e sociedades microfinanceiras.
2. As experiências da Colômbia, El Salvador, Guatemala, México e Paraguai, entre outros países (que foram analisadas na Mesa) com estratégias de educação financeira, produtos financeiros e apoios, são um exemplo para implementar mecanismos operativos no âmbito ibero-americano.
3. Que os governos adoptem e cumpram as normas e standards já existentes sobre remessas e desenvolvimento, que incluem aspectos de protecção ao consumidor, competência e acesso ao sistema financeiro.
4. Que os governo revejam as falhas e faltas nas suas regulações no âmbito das remessas. Em alguns países, a regulação reflecte uma falta de correspondência e proporcionalidade entre a lei e o sujeito da mesma, no que respeita a autorizar quem pode pagar remessas, às restrições de como manejar a moeda externa (as cooperativas em alguns países podem pagar, mas não podem ter acesso às caixas de câmbio dos bancos centrais), aos tipos de câmbio (as restrições no Brasil que só autoriza os bancos a pagar remessas).
5. Promover alianças público-privadas com participação estatal nos campos operativos. Estas alianças podem incluir a formação de comissões nacionais de remessas e desenvolvimento, que concebam agendas de acções que reflectam as realidades dos contextos de cada país.

6. É de singular importância trabalhar sobre as incongruências políticas, que se acentuam no contexto Sul-Sul nas Américas. As regulações e restrições contra imigrantes e o envio de dinheiro são mais problemáticas nos mercados intra-regionais.
7. Adotar uma linguagem comum sobre remessas e desenvolvimento.
8. Disseminar as lições aprendidas, e as boas práticas neste campo.

Mesade de Trabalho II: Co-desenvolvimento e crise: reptos e oportunidades para potenciar a migração como agente de desenvolvimento³

(a) Factos e problemas destacados

Para enfrentar as raízes profundas do fenómeno migratório, é necessário formular estratégias de desenvolvimento integrais, geradoras de emprego, que garantam melhorias em termos de direitos sociais e cidadania, e que conduzam a uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento. O co-desenvolvimento implica a definição de políticas inspiradas em iniciativas sociais e produtivas concretas, executadas sob a forma de projectos impulsionados pelas organizações sociais, as administrações, as organizações dos próprios migrantes e o sector privado. Na concepção do co-desenvolvimento

entende-se que os migrantes podem prestar uma importante contribuição para o desenvolvimento dos seus países de origem mas, sobre as suas costas não pode cair a responsabilidade central que cabe aos Estados na promoção do desenvolvimento e garantir, dentro do seu território, direitos de cidadania universais. Consequentemente, é importante trabalhar no sentido de uma adequada articulação destes esforços da comunidade migrante com o trabalho do Estado, e as suas políticas públicas devidamente dotadas de fundos públicos, com a finalidade de criar sinergias e não uma transferência de competências ou alívio de responsabilidades das administrações públicas. A crise económica mundial está a afectar, pelos seus impactos no âmbito da migração, a capacidade de participação das organizações de migrantes, e adicionado a isto, a diminuição dos recursos internacionais para a cooperação, o que requer respostas globais, de maior concertação entre países de origem e de destino que considerem a possibilidade de capitalizar os recursos públicos para estas iniciativas. A crise colocou também em evidência a necessidade de políticas de Estado sobre desenvolvimento e migração, integrais e de longo prazo. Se existem estas políticas, a cooperação internacional e as iniciativas dos migrantes podem ser elementos de apoio e complementação. Se as migrações, na sua ampla maioria, são causadas por

³ Moderada por Rodolfo Garcia Zamora, Doutorado em Estudos de Desenvolvimento, Universidade Autónoma de Zacatecas

falta de desenvolvimento, será necessário incidir nas referidas causas e o binómio deveria ser desenvolvimento-migração.

Em particular, sustentou-se que:

- Os elementos centrais do co-desenvolvimento são as organizações de migrantes, a cooperação internacional e as estratégias de desenvolvimento. Representam uma proposta integral, não só de gestão de fluxos, mas uma forma especial de promoção do desenvolvimento, mediante a colaboração das organizações de migrantes, com os governos dos países de origem e destino.
- O co-desenvolvimento, como expressão de recursos privados e públicos, coloca novos reptos na sua gestão, avaliação, transparência e rendimento de contas.
- Na região novas modalidades de co-desenvolvimento, como a experiência de colaboração entre a Costa Rica e a Nicarágua (Sul-Sul) para a gestão dos fluxos migratórios, com a colaboração de Espanha.
- Também houve importantes avanços de colaboração entre alguns governos e as suas diásporas, como o caso das acções desenvolvidas pelo Instituto dos Mexicanos no Exterior e o Programa Colômbia Une-nos, que permitem aprofundar os avanços no co-desenvolvimento e avançar nas dimensões educativas, culturais, etc.

- Geraram-se iniciativas de co-desenvolvimento em Espanha, um dos principais países de destino da migração latino-americana, tanto a nível municipal, provincial como nacional, os quais representam experiências importantes a valorizar pelos seus avanços, assim como limitações e desafios.
- As práticas implementadas entre Catalunha e Colômbia, que representam experiências importantes do sector empresarial agrícola de Catalunha, impulsionou a promoção do co-desenvolvimento na origem, com formação aos migrantes e acompanhamento dos seus projectos produtivos de retorno.

(b) Propostas e linhas de acção

1. A crise representa uma oportunidade e um repto de maior colaboração entre países de origem e destino dos migrantes, também para aumentar e fortalecer a capacidade de interlocução dos migrantes na origem e no destino e a sua capacidade de agência em ambos os lugares.
2. Avançar em estratégias conjuntas de desenvolvimento local, com enfoque trans-nacional.
3. É importante integrar a portabilidade dos direitos dos migrantes, como parte da nova visão transnacional das migrações.

4. Superar a visão de fluxos em destino em troca de uma visão de stock e de políticas de integração, como todo o que isso implica em termos de regularização, direitos e obrigações.
5. É muito importante considerar a duração e os impactos da crise sobre os migrantes, assim como as suas iniciativas e a capacidade de acção da cooperação internacional.
6. Apesar da crise, fomentar a cooperação para a gestão de fluxos e promoção do desenvolvimento na origem mediante a formação, o acompanhamento institucional e o financiamento.
7. Fortalecer o protagonismo migrante mediante uma maior participação, organização e formação na origem e no destino, que permita à comunidade migrante trans-nacional assumir os reptos de mais educação, e da segunda e da terceira geração em melhores condições.
8. Promover um programa ibero-americano de certificação de habilitações laborais.
9. Fortalecer os mecanismos que facilitem a portabilidade internacional de pensões e outros direitos para os migrantes.
10. Construção de um Portal sobre as melhores práticas para a diáspora no espaço ibero-americano e fortalecer a educação à distância para os migrantes.
11. Fortalecer os programas de retorno e reinserção, económica e social mediante o planeamento estratégico com um enfoque integral.
12. Aproveitar as TIC e diversos programas de educação que aumentem a capacidade de gestão e incidência das organizações de migrantes na origem e no destino.
13. Conceber estratégias de informação e difusão sobre a contribuição dos migrantes para o desenvolvimento dos países no destino e os custos que isto implica para os países de origem relativamente a formação, educação e perda de capital humano. Refutando com isso a suposta carga que representam os migrantes para os países de destino.
14. Promover a co-responsabilidade com o desenvolvimento e a migração entre países de origem e de destino. O co-desenvolvimento representa um instrumento adequado para materializar o referido compromisso.
15. Avaliar as experiências mais importantes de co-desenvolvimento entre Espanha e a América Latina, os seus avanços, limitações e desafios, e difundi-las amplamente entre a comunidade migrante internacional e os diferentes governos.

⁴ Moderada por Ricardo Cordero, Especialista Principal em Migração Laboral da Organização Internacional para as Migrações, Genebra

Mesa de Trabalho III: Crise e Inserção Laboral de Imigrantes⁴

(a) Factos e problemas destacados

A crise acentuou as condições de vulnerabilidade associadas a parte importante e persistente da migração ibero-americana. Em geral, a recessão afectou o conjunto da força laboral. Os trabalhadores migrantes foram atingidos mais duramente nos países desenvolvidos, principalmente pelo desemprego e redução dos salários, processo que se concentraram nos sectores da construção, serviços financeiros, manufactura, serviços de transporte e no turismo. A crise económica veio acentuar o desafio de integrar dignamente os trabalhadores e trabalhadoras migrantes nas comunidades de acolhimento, em igualdade de condições aos nacionais, assim como a importância das políticas laborais orientadas para a reconversão, reinserção e formação laboral.

Em particular, sustentou-se que:

- Durante a crise os trabalhadores e trabalhadoras migrantes perderam os seus empregos muito antes dos nacionais e a informação confirma que aqueles que estavam em situação irregular foram os mais vulneráveis, tanto em termos de perda de empregos como violações dos seus direitos

humanos e laborais, e a deterioração das suas condições de trabalho.

- Os imigrantes que foram os últimos a chegar, entre os quais existe uma grande proporção de pessoas em situação irregular foram os que perderam emprego primeiro.
- Apesar da perda de emprego gerada pela crise, e ao contrário do que se esperava, a grande maioria dos trabalhadores migrantes não optaram pelo retorno aos seus países de origem, o que implicou que muitos deles passaram ao sector informal, aumentaram o número de horas de trabalho, inclusivamente aceitando condições salariais inferiores às que tinham, e sofrendo o menosprezo dos seus direitos laborais. Nestas condições vêem-se mais obrigados a aceitar trabalhos em condições laborais de exploração.
- Para os que já contavam com residência legal e autorização de trabalho, surgiram problemas com a renovação das autorizações. Muitos dos que ficaram sem emprego, estavam ainda pendentes de tramitar a primeira renovação da sua autorização, sem ter acumulado os meses necessários para a conseguir.
- Um tema relevante na análise da crise e da inserção laboral é a migração Sul-Sul; a elevada mobilidade intra-

regional obriga também a procurar mecanismos para a inserção laboral dos migrantes, que tem condições bastante diferentes em relação à migração Sul-Norte.

- É necessário trabalhar mais intensamente na certificação de competências dos (das) trabalhadores (trabalhadoras) migrantes. Deve fazer-se um esforço adicional tanto pela parte dos governos dos países de origem como dos países de destino, para evitar a sub-utilização dos talentos dos (das) trabalhadores (trabalhadoras) migrantes latino-americanos que chegam a trabalhar legalmente em países de acolhimento, e não podem fazer uso adequado das suas aptidões e experiências, devido à falta de mecanismos em matéria de equiparação e certificação de competências académicas e laborais.
- Os assuntos vinculados com a migração de pessoal qualificado foram relativamente pouco tratados no contexto da crise e, em geral, estas análises remetem para a avaliação das decisões acerca do proteccionismo nos países receptores. Muito pouco foi dito sobre os migrantes qualificados e as diásporas, sobre a problemática que estes migrantes enfrentam, e sobre os impactos e oportunidades que puderam trazer tais problemáticas para os países de origem desses migrantes. Isto é, falta a visão dos países que formam e proporcionam esses recursos.

- A Mesa III aprovou a conclusão de que a crise económica é propícia para examinar os desafios e oportunidades da migração, incluindo a inserção laboral dos trabalhadores migrantes. Neste contexto, é evidente a necessidade de contar com políticas públicas claras, que prestem especial atenção à vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes ibero-americanos, de forma que se garanta a sua inserção laboral digna, durante a etapa de recuperação económica, com pleno respeito pelos seus direitos humanos e laborais. Neste sentido, o cumprimento das normas internacionais do trabalho é de importância fundamental.

- As experiências de Argentina e Espanha, apresentadas nesta Mesa, constituem valiosos antecedentes de políticas e práticas públicas em relação com a inserção laboral dos migrantes no contexto da crise.

(b) Propostas e linhas de acção

1. Continuar os esforços por manter a portabilidade dos serviços sociais para os trabalhadores migrantes no país de destino. Se bem que se reconhecem importantes esforços neste tema, por exemplo o Acordo de Segurança Social entre Espanha e alguns países latino-americanos, assim como o Convénio Ibero-Americano de Segurança Social assinados por 22 países da

região na XXVII Cúpula de Santiago em 2007, considera-se fundamental incrementar a consciencialização a nível nacional e regional para a ratificação dos referidos convénios; de igual forma, é relevante explorar a possibilidade de assinar convénios complementares a nível bi-lateral.

2. Incrementar as experiências no campo da migração laboral, temporal e circular. Recomenda-se que se difundam amplamente as boas práticas vinculadas ao projecto de co-desenvolvimento entre Costa Rica e Nicarágua, assim como o projecto sobre migração laboral circular-temporal entre Colômbia e Espanha para promover a sua réplica na região ibero-americana, de acordo com as políticas e prioridades de cada país. Estas iniciativas, incluindo a nível piloto, podem gerar alternativas de êxito para combater a migração irregular na região.
3. Avançar na agilização dos sistemas nacionais de reconhecimento de títulos, para possibilitar que os colectivos de imigrantes qualificados encontrem espaços eficazes e efectivos de reconhecimento, homologação e/ou validação de títulos universitários ou de formação profissional.
4. Estabelecer um sistema ibero-americano de reconhecimento de

títulos -na origem e no destino - que favoreça o desenvolvimento da região.

5. Implementar procedimentos na Ibero América para reconhecer e certificar competências adquiridas em espaços informais (não universitários ou de formação profissional) para outorgar maiores oportunidades aos migrantes que se insiram em mercados laborais muito diferentes daqueles dos seus países de origem ou da sua qualificação inicial, aprendendo e desenvolvendo novas competências profissionais que têm de ser reconhecidas.
6. Incrementar o vínculo com as diásporas mais além do tema das remessas. Perante a tendência para analisar os vínculos entre migração e desenvolvimento principalmente no contexto das remessas, considerou-se que os governos dos países de origem deveriam ter um papel muito mais activo em termos de maximizar o potencial das diásporas no desenvolvimento das suas comunidades de origem, entre outros, facilitando programas e projectos que promovam a circulação de cérebros, retornos temporais para assistência técnica, promoção de investimentos no país de origem e reuniões virtuais mediante a utilização da tecnologia de informação.

7. Flexibilizar as políticas de admissão de trabalhadores migrantes por parte dos países de destino. As políticas de recuperação económica devem tomar em conta a migração como um factor constante no sistema económico mundial, sem que isto signifique o menosprezo da protecção laboral da mão de obra nacional. A migração laboral pode ser uma força positiva para aliviar determinados aspectos da crise e para superar a desaceleração económica. Independentemente das flutuações da economia mundial, muitos países dentro e fora da região necessitam de trabalhadores migrantes, pelo que facilitar a sua mobilidade de forma ordenada e digna, beneficia todas as partes envolvidas.

Mesa IV: A crise e os direitos humanos dos migrantes⁵

(a) Factos e problemas destacados

Os tempos que correm obrigam a exercer uma particular vigilância a respeito da situação dos direitos dos migrantes. A necessidade desta particular vigilância está relacionada, por um lado, com a própria recessão económica, e, por outro, com o facto que esta crise económica se vive num contexto de “restrição migratória” crescente.

A deterioração real e potencial da situação dos direitos humanos dos

migrantes deriva da confluência de um aumento dos riscos a que estes estão expostos e a erosão de princípios que se pensava estarem bem estabelecidos na matéria. O deslizamento de atitudes até à erosão de direitos é um dos mais preocupantes. Contrariamente a um padrão amplamente generalizado no passado, muitos governos na actualidade adoptam atitudes restritivas e respondem aberta e positivamente às reclamações da opinião pública cada vez mais adversa aos imigrantes. Este padrão emergente contribuiu para a debilitação de princípios “bem estabelecidos” no âmbito dos direitos dos imigrantes. Uma das instâncias dessa debilitação, é a crescente tendência para a criminalização de situações migratórias não autorizadas. O caso mais recente, e notório, é o da lei S.B. 1070 de Arizona. Outra instância é o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre Trabalhadores Migratórios, a Convenção não foi amplamente ratificada, e não o foi sobretudo pelos países que se contam entre os mais importantes destinos dos trabalhadores migratórios, os quais gozam de elevados níveis de rendimentos e, paradoxalmente, de sólidos estados de direito, e de uma longa tradição de respeito pelos direitos humanos. A Convenção deveria ser considerada um instrumento fundamental no processo de construção da arquitectura normativa mundial e na formação de um

⁵ Moderada por Francisco Alba, Professor e Investigador, El Colégio de México

futuro regime migratório internacional (processo que deveria ser semelhante aos que conduziram à aceitação de regimes internacionais nos âmbitos dos intercâmbios comerciais, as transacções financeiras e outros fluxos).

Em particular, sustentou-se que:

- A intensificação da restrição migratória e a erosão de direitos são, desde logo, anteriores à crise económica actual; esta crise pode muito bem considerar-se um factor agravante (multiplicador e impulsionador), destes processos de deterioração. No entanto, dados dos debates jurídicos existentes e antes do actual contexto de elevados riscos para os migrantes, é aconselhável suportar o actual sistema normativo internacional (e regional), em matéria de direitos dos migrantes –por incipiente, inacabado e imperfeito que seja– em vez de tentar desmantelá-lo.
- É claro que, na conjuntura actual, as considerações sobre segurança nacional e o imperativo da recuperação económica nacional impõem desafios e reptos adicionais para a protecção dos direitos dos migrantes. Perante estes reptos e desafios adicionais, os Estados não podem abdicar da sua responsabilidade de respeitar e fazer respeitar os direitos de todos os migrantes.
- Antes da crises, os Estados adoptaram determinadas medidas restritivas para controlar a migração, entre elas, intensificou-se mais os controlos fronteiriços, sanciona-se e penaliza-se a migração irregular, adoptaram-se medidas duras de privação de liberdade de migrantes em situação irregular, incluindo casos de menores de idade, e endureceram-se as possibilidades para mudar de estatuto ou renovar autorizações de residência, e as políticas de reunificação familiar, entre outras.
- A adopção de medidas restritivas, que por si não representam necessariamente violações aos direitos humanos, frequentemente podem criar sérios abusos nas fronteiras, instâncias de separação de famílias ao serem deportados os pais de menores, falta de acesso a serviços sociais, e ataques contra as comunidades migrantes, entre as mais destacadas.
- Observa-se preocupação pela adopção de medidas mais severas dirigidas aos migrantes irregulares, como a privação de liberdade e a tipificação da entrada irregular no país como delito penal. Neste sentido, destacam-se as recomendações do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária, que considerou que a detenção deveria ser suprimida de forma gradual, uma

vez que os migrantes irregulares não cometeram nenhum delito.

- Por outro lado, em relação às medidas de privação de liberdade, expressa-se a preocupação sobre a possível utilização da crise como pretexto para diminuir ainda mais os já escassos recursos disponíveis nos centros de detenção.
- Em relação ao regresso de migrantes, em muitos casos adverte-se em relação à falta de medidas adequadas de protecção durante o processo e, em particular, falta de protecção adequada a menores não acompanhados.
- O risco de incrementar os casos de tráfico ilícitos de migrantes e o tráfico de pessoas, é uma realidade que não deve esquecer-se. A este respeito, é importante destacar a proposta destinada a “harmonizar, no âmbito das políticas públicas que cada país adopte na matéria, as legislações penais e tipificar o delito do tráfico de pessoas com efeito de facilitar a cooperação jurídica e policial entre os diferentes países, para prevenir e sancionar eficazmente o tráfico de pessoas”, a qual será tratada na XVII Reunião Plenária da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), no México, em Outubro do corrente ano.

- A situação das crianças migrantes, assim como a dos adolescentes, merece também especial preocupação no contexto da crise e dos seus impactos.

(b) Propostas e linhas de acção

As principais linhas de acção resumem-se em quatro dimensões principais:

1. Reforço dos quadros normativos de protecção de todos os direitos dos migrantes, nos âmbitos nacionais e internacionais. De acordo com o anteriormente referido, deve entender-se o reforço dos quadros normativos que dizem respeito aos emigrantes, aos imigrantes e aos migrantes em trânsito, e que esses quadros normativos devem estender-se também aos deportados e retornados, assim como aos refugiados e deslocados.

1.1 As acções devem orientar-se de forma particular para a ratificação dos instrumentos internacionais que codificam os standards de protecção jurídica relevantes. A ratificação da Convenção sobre a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migratórios e as suas Famílias deveria ser um objectivo prioritário.

1.2 Para os países que ratificaram a Convenção, propõe-se uma meta adicional: que os referidos

países aceitem os mecanismos que permitam formular pedidos em caso de violação de direitos, em função dos compromissos adquiridos por parte de outro país ratificante, assim como pessoas individuais (Artigos 76 e 77 da Convenção).

- 1.3 Acelerar os processos de homologação e harmonização das leis nacionais, para os colocar em conformidade com os standards e compromissos internacionais.
 - 1.4 Uma boa prática a este respeito é a elaboração e adopção de uma lei nacional de protecção e assistência aos migrantes, que, de forma precisa, reúna e ordene disposições jurídicas sobre o assunto, dispersas com frequência em normas já existentes.
 - 1.5 Para o reforço dos quadros normativos internacionais, é desejável e conveniente transitar de acordos não vinculativos a compromissos com carácter de obrigatoriedade.
2. Elevar a qualidade na implementação dos quadros normativos em vigor, tanto de carácter nacional como internacional.

- 2.1 Promover e incentivar a colocação em acção de mecanismos conducentes a uma efectiva implementação. Entre estes mecanismos, deve-se favorecer a concepção e aplicação de sistemas de monitorização sobre o cumprimento dos compromissos jurídicos adquiridos. A monitorização deve ser um processo de revisão contínua.
- 2.2 Institucionalizar exercícios de avaliação (por parte dos governos e outros agentes sociais) das políticas que afectam os migrantes, a partir de normas e standards internacionais em direitos humanos, assim como outros mecanismos de prestação de contas.
- 2.3 Elaborar e apresentar relatórios nacionais sobre o estado que guarda a protecção dos direitos dos migrantes.
- 2.4 Como parte integrante dos mecanismos sobre seguimento das práticas e tratamento outorgados aos migrantes em geral, deve-se contemplar, de forma particular, aspectos específicos das dimensões de género, etnia e grupos de idade particularmente vulneráveis (como as crianças).

Especificamente, recomenda-se rever a duração e as condições de detenção administrativa, com objectivo de minimizar a sua utilização.

3. Intensificar os processos de inclusão e *empowerment* dos migrantes e suas comunidades como defensores dos seus próprios direitos.

3.1 Abrir e ampliar os espaços de consulta, participação e tomada de decisões com as comunidades migrantes. Entre as acções específicas, dever-se-ia incluir a abertura de espaços de representação política, outorgando o direito ao voto nos âmbitos locais, numa primeira instância.

3.2 Apoiar a partir das políticas públicas a organização própria dos migrantes e a consolidação das suas comunidades organizadas.

Em termos de tarefas específicas, recomenda-se:

-a educação dos migrantes sobre os seus direitos;

-o estímulo ao surgimento e consolidação de líderes de e entre as comunidades de migrantes;

-o fortalecimento entre os migrantes da auto-estima como seres humanos de pleno direito e com todos os seus direitos; e,

-o estabelecimento de mecanismos e disposições que possibilitem e facilitem as mudanças de estatuto ou situação migratória, como resposta aos processos reais de inserção dos migrantes nos lugares de residência.

4. Extensões do alcance da responsabilidade compartilhada em matéria de protecção e defesa de direitos, a todos os agentes sociais e à sociedade civil em geral.

Para aprofundar este aspecto propõe-se:

4.1 Elaborar e colocar em funcionamento *mecanismos institucionalizados* de consulta, diálogo, formação de acordos e tomada de decisões entre os governos e a sociedade civil.

4.2 Procura de compromissos por parte da iniciativa privada – sector empresarial em particular – na reinserção produtiva dos grupos de deportados e retornados em situação de maior risco de converter-se em agentes sociais disfuncionais.

4.3 Estabelecer acordos de cooperação internacional com o sector privado de países de destino, para a consciencialização entre os migrantes sobre a importância de obter e manter situações migratórias regulares.

Mesa V: Crise: saúde e protecção social dos migrantes⁶

(a) Factos e problemas destacados

Migração e saúde estão relacionadas e são interdependentes. O seu relacionamento inscreve-se no âmbito mais amplo da vinculação entre a migração internacional, o desenvolvimento e os direitos humanos e coloca um desafio ético aos governos, organismos internacionais e à sociedade civil. A comunidade internacional definiu claramente o carácter integral do direito à saúde, sem distinção de raça, sexo, religião e procedência, e hoje dispõe-se de um quadro amplo de instrumentos que reafirmam o direito dos migrantes à saúde, e são vinculativos para os Estados signatários. Os migrantes, especialmente aqueles que se encontram em situação irregular, enfrentam graves obstáculos para gozar de uma boa saúde e o acesso aos serviços sociais, o que representa um sério défice em termos de pluralidade e capacidade de inclusão das democracias dos nossos países.

A recente Resolução da Assembleia da Organização Mundial da Saúde (61.17 Health of Migrant), representa um avanço ao reconhecer a vinculação entre saúde, migração e desenvolvimento, como também que reforçar o acesso à saúde e promover o bem-estar das comunidades de migrantes facilita a integração e o sentido de pertença à comunidade, o que faz com que a saúde seja um importante componente da coesão social. Os países ibero-americanos desempenharam um papel destacado na adopção da resolução mencionada.

Em particular, sustentou-se que:

- A migração não é sempre um risco para a saúde, mas é um determinante no processo saúde-doença.
- Dependendo das condições em que se realiza, a migração aumenta o risco de vulnerabilidade e afectação da saúde dos migrantes.
- Os jovens com melhor saúde têm maiores possibilidade de migrar, mas, se são mais sãos (fisicamente), são também os mais vulneráveis. Entre os factores que aumentam a vulnerabilidade, podem destacar-se: o acesso limitado a informação sobre como proteger a sua saúde, a sua exposição a riscos na rota migratória, especialmente a violência e o tráfico, entre outros.

⁶ Moderada pela Doutoura Maria Isabel Rodriguez, Ministra da Saúde de El Salvador

- Afastados do seu contexto cultural, familiar e comunitário, os migrantes enfrentam dificuldades de acesso aos serviços de saúde: o seu estatuto migratório, o medo da deportação, as diferenças culturais, a língua, a estigmatização e a discriminação são, entre outras expressões das referidas dificuldades, e, ao mesmo tempo, a falta de políticas específicas para a população migrante, assim como a inadequação dos serviços de saúde para assegurar que vivam e trabalhem em condições saudáveis e não sejam excluídos de programas preventivos de promoção da saúde.
- O direito à saúde supõe também que os estabelecimentos e serviços de saúde estejam ao alcance de todos independentemente da condição migratória e da capacidade de pagamento.
- As crianças, adolescentes e mulheres constituem um grupo vulnerável, pelo que é importante a adopção de políticas e acções de saúde específicas.
- A exclusão dos benefícios da segurança social dos migrantes aumenta a sua desprotecção e marginalização, ao mesmo tempo que fomenta a economia informal, desincentiva a contribuição e provoca *dumping* social.
- A colaboração e cooperação internacional são essenciais, dado que a protecção da

saúde entre os migrantes depende do diálogo e a responsabilidade compartilhada entre países, os sectores especializados dos governos, os organismos internacionais e a sociedade civil.

- É importante tomar consciência que existe um elevado custo para a população e governos se não se dá atenção aos problemas de saúde dos migrantes.

Durante a Mesa, o Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, apresentou as acções que se desenvolveram no âmbito dos programas bi-nacionais para o serviço e o acesso dos migrantes aos serviços de saúde, assim como a importante Iniciativa Regional de Acesso da População Migrantes a Serviços de SSR.

A Organização Internacional para as Migrações, OIM, apresentou as suas práticas e acções em matéria de saúde dos migrantes, assim como as principais conclusões e recomendações da Consulta Global sobre Migração e Saúde, que organizara conjuntamente com a OMS no ano em curso de 2010.

A Organização Ibero-Americana de Segurança Social apresentou o Convénio Multilateral Ibero-Americano sobre Segurança Social, evento significativo em matéria de direitos humanos dos migrantes, que foi analisado durante os trabalhos da Mesa. Por último, o Instituto de Saúde Pública

do México apresentou como boa prática a resposta social e governamental de El Salvador e México, especialmente dirigida à saúde dos migrantes em trânsito.

(b) Propostas e linhas de acção

1. A saúde deve estar presente nas discussões sobre migração, começando pela organização de uma mesa especial para a análise do estado de saúde dos migrantes e os riscos para a sua saúde, no Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, a realizar-se no México em Novembro de 2010. Solicita-se ao FIBEMYD para fazer as gestões correspondentes para contar com este espaço no Fórum Global.
2. A migração não é um tema que possa ser abordado exclusivamente a partir de uma perspectiva nacional. A cooperação entre os países é um requisito para debater temas essenciais para a saúde do migrante como, por exemplo, a possibilidade de incluir os migrantes nos sistemas de protecção social universal, em desenvolvimento na América Central e noutras sub-regiões.
3. O direito à saúde supõe aproveitar, a partir da perspectiva das intervenções do Estado, as tecnologias e facilidades disponíveis para proporcionar acções de prevenção da saúde e serviços relativos ao migrante, especialmente para a atenção de emergências sanitárias. É necessário transformar em política pública dos nossos estados o que hoje está nas mãos do movimento social, de organizações da sociedade civil, e de outros actores. Não se trata de os substituir nas suas acções, mas sim fortalecê-los e dar garantias de continuidade, como parte da acção do Estado na protecção dos seus cidadãos.
4. A violência de género, e, em especial, a violência contra a mulher, é um factor muito importante na saúde do migrante (mais de 30% das mulheres que passam pelo México relatam que foram violadas durante o trânsito). É imprescindível difundir, e tornar acessíveis as tecnologias disponíveis para o serviço de emergência pós violência sexual. É preciso que o kit de serviço relativo à violência sexual (anti-concepção de emergência, tratamento precoce de infecções de transmissão sexuais e anti-retrovirais de emergência) estejam disponível e acessíveis nos pontos de maior trânsito.
5. Tornar acessíveis, como uma questão de política pública, as tecnologias disponíveis, apropriadas, e eficazes em termos de custo, para enfrentar os problemas de saúde dos migrantes.
6. Reforçar os espaços privilegiados de interacção populacional que são as fronteiras, para proporcionar serviços de saúde integral à população migrante.

7. Efectuar um trabalho de advocacia consistente e de longo prazo, para eliminar as representações sociais negativas sobre o migrante como vector (transmissor, portador, infectado). A advocacia tem um grande componente de socialização da informação disponível sobre a saúde do migrante.
8. Fortalecer e ampliar os instrumentos de protecção social vigentes, e instar os países ibero-americanos à rápida ratificação e entrada em vigor do Convénio Multilateral Ibero-Americano sobre Segurança Social. Assim, implementar as molduras consensuais como a Agenda de Saúde da América Central e República Dominicana, aprovada pelo Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana, em Janeiro de 2009.
9. Fortalecer os mecanismos de cooperação entre instituições da sociedade civil e governamentais de saúde, com o objectivo de proteger a saúde do migrante e assegurar que seja sujeito do exercício do seu direito.
10. Incorporar na agenda migratória positiva da Ibero-América o tema da saúde dos migrantes, como uma das áreas sensíveis e prioritárias da sua implementação.

9. CONCLUSÕES PRINCIPAIS DA MESA REDONDA: “PASSAR DOS ACORDOS À ACÇÃO: IDENTIFICAR INICIATIVAS, PROGRAMAS E ACTIVIDADES CONCRETAS”

Presidida pelo Secretário-Geral Ibero-Americano, a Mesa Redonda contou com a participação de: Juan José García, Vice-Ministro para os Salvadorenhos no Exterior; Cecilia Romero Castillo, Comissária do INM de México; Embaixador Mendel Goldstein, Chefe da Delegação da União Europeia para a América Central e Panamá; Dirk Jaspers, Director de CELADE; Diego Beltrand, Director de Relações Exteriores a.i. e Assessor Principal para as Américas da OIM; Alex Rosenfeld, Director de Política e Planificação da AGCI, Chile; Juan Pita, Coordenador Geral de Cooperação da AECID em El Salvador; Gustavo Gatica, Secretário Executivo da RRCOM; e Julio Guzmán Cáceres, Economista do Sector Integração e Comércio do BID. Assim, na sua qualidade de moderadores das Mesas de Trabalho, participaram: Manuel Orozco, Rodolfo García Zamora, Ricardo Cordero, Francisco Alba e a Senhora Doutora Maria Isabel Rodríguez, Ministra da Saúde de El Salvador.

Em representação de governos, organismos internacionais e da sociedade civil, os participantes na Mesa redonda debateram os resultados e propostas das cinco Mesas de Trabalho do Fórum, apresentadas pelos seus respectivos Moderadores.

Num âmbito de co-responsabilidade e convergência, reafirmaram o compromisso de avançar com a implementação de programas e projectos concretos, destinados a mitigar os efeitos da crise, tendo os direitos humanos como eixo central de todas as acções, no contexto do Compromisso de Montevideu e o Programa de Acção de Cuenca⁷.

Os debates da Mesa Redonda destacaram determinadas questões chave que também deveriam incorporar-se na análise da relação migração e desenvolvimento no espaço ibero-americano.

- A América Latina, apesar das dificuldades presentes, emerge como uma parte da solução global da crise, posicionando-se como um actor estratégico no âmbito internacional, em termos económicos, políticos e sociais. Este cenário não deveria ser negligenciado na agenda migratória de médio e longo prazo uma vez que abre um leque de novas alternativas, que é necessário explorar, para construir avances na governabilidade da migração.

- Para os países da região, a integração é uma estratégia medular que requer ser revitalizada e repensada. Neste sentido, são importantes novas formas de cooperação que permitam aproveitar as oportunidades do cenário mundial que se configura a partir da crise económica mundial; as migrações internacionais e os direitos humanos devem ser uma das dimensões dessa cooperação.
- Perante o reconhecimento de que a crise é do modelo de desenvolvimento, é necessário construir um modelo alternativo para a América Latina, com democracia, emprego, bem-estar, equidade e sustentabilidade, que possibilite que a migração seja uma opção e não uma necessidade crescente.
- A crise e as lições aprendidas desafiam a propor novos modelos de mobilidade e circulação da população que assegurem canais legais e flexíveis para a migração. Neste desafio, a portabilidade dos benefícios da protecção social é um assunto da maior relevância.
- A migração é uma das estratégias mais importantes para a inovação de políticas públicas orientadas para fomentar a recuperação económica da região, o que convoca ao arranque das potencialidades e oportunidades da migração Sul-Sul, fortalecendo o diá-

⁷ O representante do Chile fez referência a uma proposta de programa sobre migração e desenvolvimento para implementar no âmbito da cooperação tripartida SEGIB-CEPAL-OIM, no seguimento da apresentação do Chile relacionada com o I FIBEMYD

logo e a implementação de programas e projectos compartilhados.

- A inovação e o conhecimento são os novos motores de crescimento, o qual reforça o importante papel da migração como portadora e impulsionadora destes processos.
- A convergência do diálogo e as agendas entre a Cúpula Ibero-Americana e a Cúpula UE-ALC em migração, desenvolvimento e direitos humanos.
- Os espaços de diálogo em migração, desenvolvimento e direitos humanos devem assegurar uma participação mais ampla e eficaz da sociedade civil, incluindo as organizações dos próprios migrantes.

Adicionalmente às conclusões e recomendações das Mesas de Trabalho, a Mesa Redonda destacou a importância de prestar especial consideração aos seguintes assuntos, que deveriam constituir-se em programas e projectos de alcance ibero-americano, a curto e médio prazo, como parte da implementação do Compromisso de Montevideo e o Programa de Acção de Cuenca.

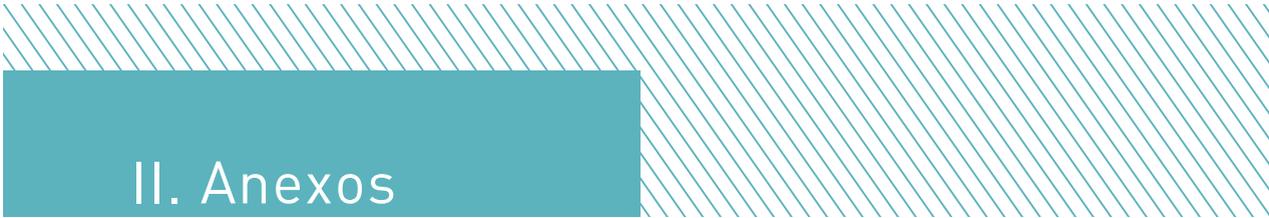
1. Educação financeira dos migrantes; catálogos de informação sobre experiências em remessas que incluam doações colectivas, investimento de capital migrante e comércio nostálgico;

2. Estabelecimento de um portal ibero-americano de boas práticas de co-desenvolvimento;
3. Reforço da complementação entre as diásporas e os países de origem;
4. Programas de retorno voluntário com apoios para uma reinserção efectiva e sustentável;
5. Certificação de qualificações laborais;
6. Circulação de talentos;
7. *Empowerment* dos migrantes e suas comunidades de origem em relação aos seus direitos;
8. Criação de um órgão de mediação que permita fazer frente aos atrasos registados no acesso à justiça em situações de detenção e deportação;
9. Combate ao tráfico de pessoas e o tráfico ilícito de migrantes; e,
10. Introdução dos temas migração e saúde na agenda ibero-americana;

O enfoque de género, etnia e direitos humanos deve estar presente como componente essencial das acções.

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

O Secretário-Geral Ibero-Americano e o Vice-Ministro de Relações Exteriores para os Salvadorenhos no Exterior expressaram o reconhecimento, apreço e gratidão aos participantes, assim como às instituições que cooperaram na sua realização. Referiram a importância das conclusões e recomendações da reunião, no âmbito do processo de migração e desenvolvimento da Conferência Ibero-Americana. Detalharam a agenda de trabalho para o seu tratamento e mencionaram que uma das primeiras actividades de convergência com outras instâncias seria a apresentação dos resultados principais do II FIBEMYD, no IV Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, que terá lugar no México, em Novembro de 2010.



II. Anexos



DOCUMENTO DE CONVOCATÓRIA



ORGANIZADO POR: Secretaria-Geral Ibero-americana, SEGIB

COM A COOPERAÇÃO DE: Governo de El Salvador

Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas,
CEPAL/CELADE

Organização Internacional para as Migrações, OIM

E COM O CO-PATROCÍNIO DE: Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o
Desenvolvimento, AECID

Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados,
ACNUR

Fundação Carolina de Espanha

A segunda reunião do Fórum Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento, FIBEMYD, realiza-se no âmbito dos mandatos das e dos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, adotados nas XVIII e XIX Cimeiras Ibero-americanas¹, e terá lugar em San Salvador, El Salvador, nos dias 22 e 23 de julho de 2010.

O Fórum é organizado pela Secretaria-Geral Ibero-americana, SEGIB, com a cooperação do Governo de El Salvador, da Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas, CEPAL, através do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, e da Organização Internacional para as Migrações, OIM. Conta ainda com o co-patrocinio do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR, e da Fundação Carolina de Espanha.

O contributo da migração internacional para a Comunidade Ibero-americana foi reafirmado pelas e pelos Chefes de Estado e de Governo nas últimas cinco Cimeiras Ibero-americanas², nas quais se estabeleceram orientações políticas e objetivos programáticos, que evoluem para uma progressiva implementação. O Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento³, quadro político orientador da ação, o Fórum Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento, FIBEMYD, espaço de diálogo bi-regional e de intercâmbio de boas práticas⁴, o Programa de Ação de Cuenca⁵, resultante da sua primeira reunião, que

contém os temas de uma agenda migratória ibero-americana positiva, e o quadro de cooperação SEGIB-CEPAL-OIM, que incorpora as capacidades complementares de três instituições em termos de migração e desenvolvimento, constituem os principais avanços, identificados com os objetivos da governabilidade da migração no espaço ibero-americano.

O processo indicado assimilou a experiência acumulada por outros atores relevantes, tais como a Conferência Regional sobre Migração, CRM ou Processo Puebla, a Conferência Sul-americana sobre Migrações, CSM, o Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, o Fórum Especializado Migratório do MERCOSUL, e as redes de organizações da sociedade civil.

A adoção do Convénio Multilateral Ibero-americano de Segurança Social⁶, representa também um marco no desenvolvimento progressivo de sistemas de proteção social universal, designadamente no que diz respeito aos direitos humanos dos migrantes, ao assegurar a portabilidade dos benefícios da segurança social. O facto de ter entrado logo em vigor possibilitará que cerca de quatro milhões e meio de migrantes possam beneficiar do Convénio⁷, de forma direta ou indireta.

Estes avanços foram salientados pelas e pelos Chefes de Estado na recente XIX Cimeira do Estoril, na qual renovaram os princípios do Compromisso de Montevideu como enquadramento para a

¹XVIII Cúpula de San Salvador, El Salvador, Novembro de 2008 e a XIX Cúpula do Estoril, Estoril, Portugal, Novembro-Dezembro de 2009.

²Salamanca, 2005; Montevideu, 2006, Santiago do Chile, 2007, San Salvador, 2008, Estoril, 2009.

³Adoptado na XVI Cimeira, Uruguai, novembro de 2006.

⁴A sua criação foi deliberada pelas e pelos Chefes de Estado e de Governo no Compromisso de Montevideu.

⁵I Fórum Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento, abril 2008, Cuenca, Equador. www.segib.org

⁶Adoptado na XVII Cimeira de Santiago do Chile, novembro de 2007.

⁷CEPAL/CELADE. Estimativa do número de trabalhadores migratórios na Ibero-América. nov. 2007. Trabalho realizado no âmbito do programa conjunto SEGIB-CEPAL/CELADE, com o financiamento da AECID.

ação, e destacaram também a relevância que assume a realização da segunda reunião do Fórum Ibero-americano sobre Migração e Desenvolvimento, FIBEMYD, em San Salvador, especialmente na atual conjuntura económica internacional.

Consequentemente, esta reunião tem como principal objetivo o de contribuir para a definição de programas e projetos concretos, que visem mitigar os efeitos da crise na migração e no desenvolvimento, bem como para continuar a potenciar a contribuição positiva da migração, e a promoção e proteção dos direitos humanos dos migrantes, independentemente da sua condição migratória igual que a dos refugiados.

TEMA CENTRAL

O eixo das deliberações do Fórum será: “Impactos da crise económica na migração e no desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América.”

As consequências da crise constituem um tema emergente na agenda migratória ibero-americana, que apresenta novos desafios e faz com que seja necessário repensar as prioridades para amenizar os seus efeitos, tendo os direitos humanos dos migrantes e refugiados como pano de fundo ético da ação.

OBJETIVOS

O Fórum persegue os seguintes objetivos:

1. Geral:

Dispor de uma leitura comum dos impactos mais relevantes da crise no âmbito da

migração e do desenvolvimento, com a finalidade de definir programas/projetos prioritários, que visem reduzir os seus efeitos na Ibero-América.

2. Específicos:

- (a) Dar cumprimento aos mandatos das XVIII e XIX Cúpulas Ibero-americanas,
- (b) Partilhar boas práticas e definir as áreas de intervenção e as ações prioritárias para mitigar os efeitos da crise, no quadro do Compromisso de Montevideo sobre Migrações e Desenvolvimento (CMMD), e do Programa de Ação de Cuenca (PAC),
- (c) Consolidar a convergência institucional e programática dos principais atores da atividade migratória na Ibero-América,
- (d) Passar dos acordos à ação: identificar iniciativas, programas e atividades concretas, e,
- (e) Gerar contribuições para a IV reunião do Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento (FMMD).

LOCAL E DATA

A reunião realizar-se-á no Hotel Sheraton Presidente de San Salvador, entre os dias 22 e 23 de julho de 2010.

ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E TEMA

O primeiro dia abrange a Cerimônia abertura e duas Sessões Plenárias, as quais terão como objetivo dispor de uma visão global dos impactos da crise, a partir dos mandatos complementares dos organizadores e copatrocinadores

do Fórum, assim como o de apresentar o documento “Impactos da crise económica na migração e no desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América”, elaborado pelo Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL, Organização Internacional para as Migrações, OIM, como âmbito para as deliberações da reunião.

Posteriormente serão constituídas quatro Mesas de Trabalho simultâneas, cujos principais objetivos serão o de analisar propostas e de dispor de contributos para a elaboração de programas/projetos, destinados a intervenções prioritárias para minimizar os efeitos da crise na migração e no desenvolvimento, no espaço ibero-americano.

As Mesas de Trabalho abordarão os temas que se indicam a seguir:

Mesa I: As remessas e a crise: lições aprendidas, desafios e propostas de ação.

Mesa II: O Co-desenvolvimento e a crise: desafios e oportunidades para potenciar a migração como agente de desenvolvimento.

Mesa III: A crise e a Inserção laboral dos imigrantes.

Mesa IV: A crise e os direitos humanos dos migrantes.

Mesa V: A crise: saúde e proteção social da população migrante.

Cada Mesa de Trabalho, presidida por um Moderador, conta com a intervenção de especialistas em diversas áreas: países, processos regionais de consulta e redes da sociedade civil. Estes especialistas contribuirão com um panorama geral sobre cada tema, analisarão os subtemas mais relevantes, assim como os desafios para a ação e as boas práticas existentes. As mesas terminarão com um debate e as suas conclusões converter-se-ão em contributos para a Mesa Redonda.

Género, etnia e direitos humanos serão os eixos transversais no tratamento dos temas.

A Mesa Redonda do segundo dia denominada: “Passar dos acordos à ação: identificar iniciativas, programas e atividades concretas”, apresentará as principais conclusões do Fórum, dando um maior destaque aos componentes de programas e projetos para mitigar os efeitos da crise na migração e no desenvolvimento no espaço ibero-americano, e a importância da convergência interinstitucional e programática para a sua implementação.

O Fórum concluirá com uma Sessão de Encerramento

PARTICIPANTES

Prevê-se a participação dos seguintes atores:

- Representantes dos Governos dos vinte e dois países membros da Conferência Ibero-americana, de alto nível político,
- Representantes de organismos multilaterais e regionais relacionados com a temática Migratória, entre os quais, a Conferência

Regional sobre Migração, CRM ou Processo Puebla, a Conferência Sul-americana de Migrações, CSM, o Fórum Mundial sobre Migração e Desenvolvimento, FMMD, o GMC, as organizações do sistema ibero-americano (OEI, OIJ, OISS), assim como outros organismos multilaterais como: ACNUDH, ACNUR, BANCO MUNDIAL, BID, CAN, CARICOM, CEU, CIDH, DESA, IIDH, MERCOSUL, OEA, OECD, OIT, OMC, OMT, UNCTAD, UNESCO, UNFPA, UNICEF, SICA.

- Representantes de Governo de países não membros da Conferência Ibero-americana, que constituem importantes destinos de migrantes latino-americanos e caribenhos.
- Representantes de redes da sociedade civil diretamente vinculadas com a atividade migratória, e
- Especialistas e académicos em temas migratórios especialmente convidados pelos organizadores do Fórum.

DOCUMENTAÇÃO

O Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL, com a colaboração da Organização Internacional para as Migrações, OIM, elaborarão o documento quadro da reunião, que se denominará: "Impactos da crise económica na migração e no desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América".

Os documentos dos especialistas, assim como o relatório final do Fórum, estarão disponíveis aos participantes através do sítio Web da SEGIB (www.segib.org).

AGENDA II FÓRUM IBERO-AMERICANO SOBRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, FIBEMED

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO	
8:00 a 9:00	Registo dos participantes e entrega de documentação <i>(Hotel Sheraton Presidente) ¹</i>
09:00	<p>Cerimônia de abertura (Auditório)</p> <p><i>Preside: Jorge Shafick Handal Vega, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Legislativa de El Salvador</i></p> <p><i>Intervenções dos Exmos. Senhores:</i></p> <p>Hugo Roger Martínez Bonilla, Ministro das Relações Exteriores de El Salvador</p> <p>Haroldo Rodas Melgar, Ministro das Relações Exteriores de Guatemala</p> <p>Lorena Escudero, Ministra, Secretaria Nacional do Migrante, SENAMI, Equador</p> <p>Ana Terrón, Secretária de Estado da Imigração e Emigração, Espanha</p> <p>Cecilia Romero Castillo, Comissária do Instituto Nacional de Migração do México, na sua qualidade de Presidência Pro Tempore do FMMD y CRM</p> <p>Laura Thompson, Diretora-Geral Adjunta da Organização Internacional para as Migrações, OIM</p> <p>Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano</p>

¹O registo dos participantes iniciar-se-á no dia 21, das 14:00 às 18:00 horas, no Lobby principal, e continuará no Foyer dos Salões Presidente, no dia 22 de julho, das 08:00 às 08:45 horas.

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO	
11:00	Pausa-Café
11:15	<p>Sessão plenária (Auditório)</p> <p><i>Preside: Beatriz Morán, Diretora da Divisão de Assuntos Sociais, Secretaria-Geral Ibero-Americana, (SEGIB)</i></p> <p>Embaixador Leonardo Carrión, Sub-secretário de Serviços Consulares, Ministerio de Relaciones Exteriores, Equador, Presidência Pro Tempore da Conferência Sul-americana de Migrações, CSM</p> <p>Amalia Dolores García Medina, Governadora do Estado de Zacatecas, México</p> <p>Dirk Jaspers, Diretor do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia (CELADE) Divisão de. População</p> <p>Luis Mora, Diretor Regional Adjunto para a América Latina e o Caribe do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA</p> <p>Serge Malé, Diretor Adjunto do Bureau das Américas e do Caribe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR</p> <p>Julio Guzmán Cáceres, Economista do Setor Integração Comércio, BID; especialista em Migração e Desenvolvimento.</p> <p>Felipe De la Torre, Especialista em prevenção de delito; coordenador do Projeto Regional contra o Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes para México, Centro-América e o Caribe; Escritório das Nações Unidas Contra a Droga e o Delito, (UNODC).</p>
12:45	Almoço oferecido pelo Governo de El Salvador e pela OIM
14:30	<p>Impactos da crise econômica na migração e no desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América (Auditório)</p> <p><i>Preside: Juan José García, Vice-Ministro das Relações Exteriores para os Salvadorenhos no Exterior</i></p> <p><i>Orador:</i></p> <p>Dirk Jaspers, Dirk Jaspers, Diretor do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL: Apresentação do documento “Impactos da crise econômica na migração e no desenvolvimento: respostas de políticas e programas na Ibero-América”²</p> <p><i>Comentaristas:</i></p> <p>Aaron Terrazas, Associate Policy Analyst, Migration Policy Institute</p> <p>Mitzi Gurgel Valente da Costa, Diretora do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Itamaraty, Brasil</p> <p>Gustavo Gatica, Secretário Técnico da Rede Regional de Organizações Cívicas para as Migrações, RRCOM</p>

² Documento preparado pelo Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia, Divisão de População da CEPAL, e pela Organização Internacional para as Migrações, OIM.

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO	
15:45	Mesas de Trabalho Simultâneas (Os Direitos Humanos, o Gênero e a Etnia são eixos transversais na abordagem da globalidade dos temas)
15:45	<p>Mesa de Trabalho I</p> <p>Remessas e crise: lições assimiladas, desafios e propostas de ação</p> <p><i>Moderador: Manuel Orozco, Remittances and Development Program, Inter-American Dialogue</i></p> <p><i>Oradores:</i></p> <p>María Luisa Hayem, Programa de Remessas, Fundo Multilateral de Investimentos, BID-FOMIN</p> <p>Pedro Vasconcelos, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA</p> <p>Héctor Córdova, Federação de Associações Cooperativas de Poupança e Crédito, FEDECACES, El Salvador</p> <p>Teresa Velilla, Financeira El Comercio, Paraguai</p> <p>Edgar Zurita, Remessas Instantâneas, FOLADE, Costa Rica</p>
17:15	Pausa-Café
17:30	Debate
18:30	Conclusões e encerramento da Mesa: Moderador
15:45	<p>Mesa de Trabalho II</p> <p>Co-desenvolvimento e crise: desafios e oportunidades para potenciar a migração como agente de desenvolvimento</p> <p><i>Moderador: Rodolfo García Zamora, Doutorado em Estudos do Desenvolvimento, Universidade Autónoma de Zacateca</i></p> <p><i>Oradores:</i></p> <p>Projeto de Co-Desenvolvimento Costa Rica – Nicarágua.</p> <p>Costa Rica: Jhonny Ruiz Arce, Chefe de Migração Laboral, Ministério do Trabalho.</p> <p>Nicarágua: Odel González Guevara, Diretor de Emprego e Salário, Ministério de Trabalho</p> <p>Maribel Rodríguez, Responsável pelo Programa de Coesão Social da Fundação Carolina de Espanha</p> <p>Carlos García de Alba, Diretor Executivo do Instituto dos Mexicanos no Exterior, Secretaria de Relações Exteriores, México</p> <p>Álvaro Calderón Ponce de León, Programa Colômbia Nos Une, Ministério de Relações Exteriores, Colômbia</p> <p>Ricardo Cardona, Diretor, Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, OEI, El Salvador</p> <p>Juan José Vergé Oms, União de Agricultores de Lérida, Catalunha, Espanha</p>

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO	
17:15	Pausa-Café
17:30	Debate
18:30	Conclusões e Encerramento da Mesa: Moderador
15:45	<p>Mesa de Trabalho III</p> <p>Crise e Integração laboral de imigrantes</p> <p><i>Moderador: Ricardo Cordero, Especialista Principal em Migração Laboral, OIM Genebra</i></p> <p><i>Oradores:</i></p> <p>Mauricio Dierckxsens, Especialista Principal em Política Econômica, Emprego e Instituições do Mercado Laboral, Gabinete Regional da OIT para a América Central, Haiti, Panamá e República Dominicana</p> <p>Estrella Rodriguez Pardo, Diretora-Geral de Integração, Ministério do Trabalho e Imigração de Espanha</p> <p>Fernando Manzanares, Diretor-Geral da Imigração, Direção Nacional da Migração da Argentina</p> <p>Jorge Martínez Pizarro, Investigador do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL</p> <p>Javier Bonomi, Presidente, Federação de Entidades Latino-americanas de Catalunha, FEDELATINA, Espanha</p>
17:15	Pausa-Café
17:30	Debate
18:30	Conclusões e Encerramento da Mesa: Moderador
15:45	<p>Mesa de Trabalho IV</p> <p>A crise e os direitos humanos dos migrantes</p> <p><i>Moderador: Francisco Alba, Professor e Investigador, El Colegio do México</i></p> <p><i>Oradores:</i></p> <p>Carmen Rosa Villa, Representante Regional do ACNUDH</p> <p>Yassine Fall, Diretora a.i., UN-INSTRAW</p> <p>Luis Daniel Redondo Vega, Oficial de Projetos e Treinamento, Departamento de Direito Internacional sobre Migração e Assuntos Jurídicos, OIM Genebra</p> <p>Pablo A. de la Vega M., Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento, PIDHDD</p> <p>Karina Sosa, Deputada, Comissão de RE da Assembleia Legislativa, El Salvador</p> <p>Oscar Chacón, Diretor Executivo, Aliança das Comunidades Latino-americanas e Caribenhas, NALACC</p>

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO	
17:15	Pausa-Café
17:30	Debate
18:30	Conclusões e Encerramento da Mesa: Moderador
15:45	<p>Mesa de Trabalho V</p> <p>Crise: saúde e proteção social da população migrante</p> <p><i>Moderadora: Doctora María Isabel Rodríguez, Ministra de Saúde, El Salvador</i></p> <p><i>Oradores:</i></p> <p>Davide Mosca, Diretor do Departamento de Saúde e Imigração da Organização Internacional para as Migrações (OIM)</p> <p>Cristina Gómez, Assessora Regional de População e Desenvolvimento do Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA</p> <p>René Leyva, Instituto Nacional de Saúde Pública do México</p> <p>Francis Zúñiga, Diretor, Centro Sub-Regional da OISS para América Central e Caribe</p>
17:15	Pausa-Café
17:30	Debate
18:30	Conclusões e Encerramento da Mesa: Moderador
19:00 21:00	Recepção de Boas-vindas oferecida pelo Governo de El Salvador e pela SEGIB

SEXTA-FEIRA, 23 DE JULHO	
08:30	<p>Mesa Redonda (Auditório)</p> <p>“Passar dos acordos à ação: identificar iniciativas, programas e atividades concretas”</p> <p><i>Preside: Secretário-Geral Ibero-Americano</i></p> <p>Apresentação das conclusões das Mesas de Trabalho por parte dos Moderadores: Manuel Orozco, Rodolfo García Zamora, Ricardo Cordero, Francisco Alba e Doctora María Isabel Rodríguez, Ministra de Saúde, El Salvador</p>
09:45	Pausa-Café

SEXTA-FEIRA, 23 DE JULHO	
10:00	<p>Debate da Mesa Redonda com a participação de:</p> <p>Moderadores das mesas de trabalho</p> <p>Juan José García, Vice-Ministro de RE para os Salvadorenos no Exterior Cecilia Romero Castillo, Comissária do Instituto Nacional de Migração do México, na sua qualidade de Presidência Pro Tempore do FMMD e CRM Presidência Pro Tempore da CSM Mendel Goldstein, Chefe da Delegação da União Europeia para América Central e Panamá Dirk Jaspers, Diretor do Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia, CELADE, Divisão de População da CEPAL Diego Beltrand, Diretor das Relações Exteriores a.i. e Assessor Principal para as Américas, OIM Alex Rosenfeld, Diretor de Política e Planejamento, Agência de Cooperação Internacional, Chile Juan Pita, Coordenador-Geral de Cooperação de El Salvador, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, AECID Gustavo Gatica, Secretário Executivo, Rede Regional de Organizações Cívicas para as Migrações, RRCOM Julio Guzmán Cáceres, Economista do Setor Integração e Comércio, BID; experto em Migração e Desenvolvimento. Felipe De la Torre, Especialista em prevenção do delito; coordenador do Projeto Regional contra o Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes para México, Centro-América e El Caribe; Escritório das Nações Unidas Contra a Droga e o Delito, (UNODC).</p>
11:30	Principais Conclusões: Secretário-Geral Ibero-Americano
11:45	<p>Encerramento</p> <p><i>Intervenções de: Secretário-Geral Ibero-Americano</i> <i>Ministro das Relações Exteriores de El Salvador</i></p>
12:30	Almoço de despedida oferecido pelo Governo de El Salvador

**“Impactos de la crisis económica en migración y desarrollo:
Respuestas de políticas y programas en Iberoamérica”**

**“Impacto da crise económica na migração e desenvolvimento:
Respostas de políticas e programas na Ibero-América”**



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



www.segib.org